



CLIMATESCANNER

SUMÁRIO DA AVALIAÇÃO
Portugal
2024



T
C TRIBUNAL DE
CONTAS

Acerca do ClimateScanner

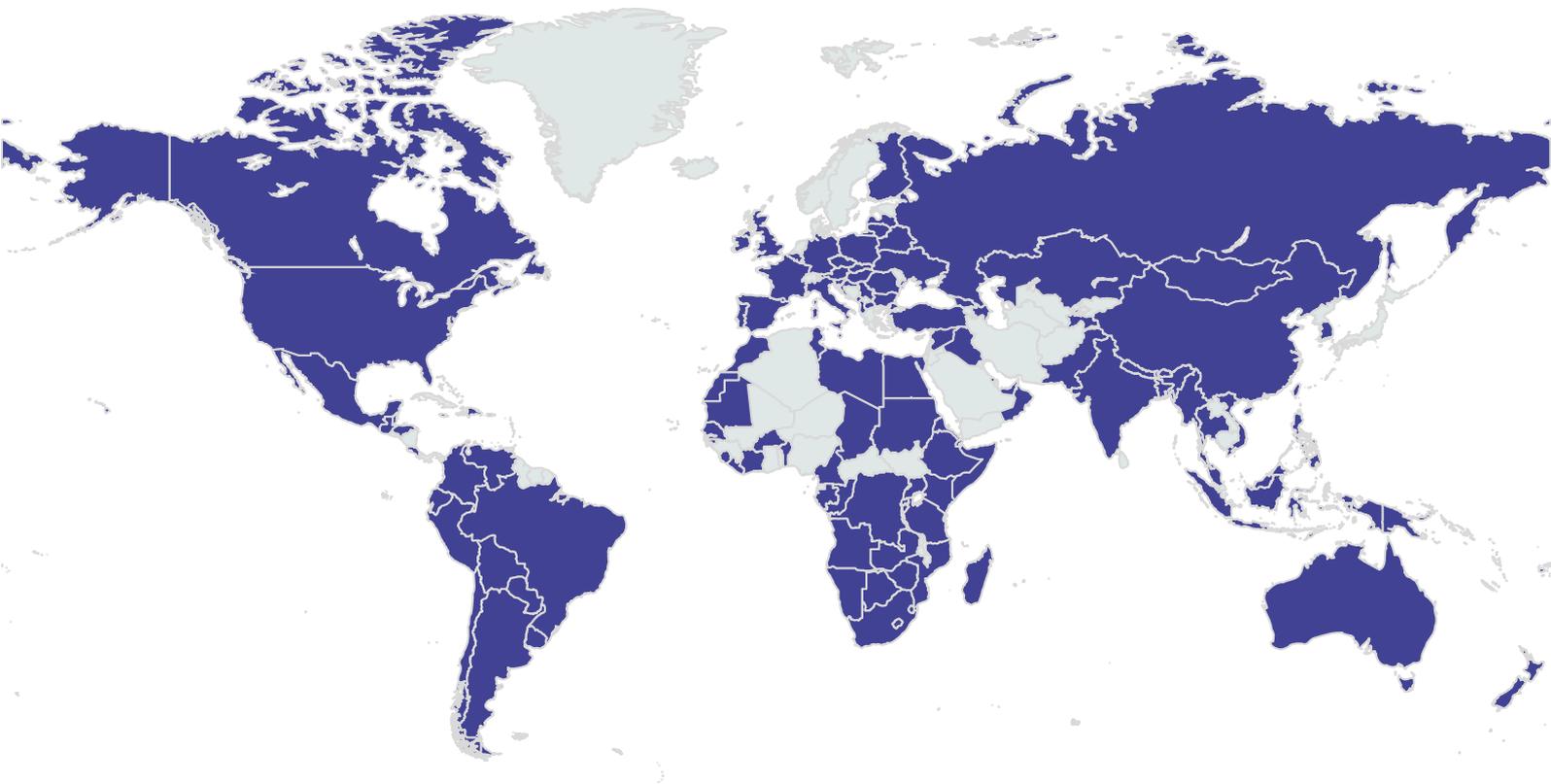
As Instituições Superiores de Controlo (ISCs) têm um papel único no enfrentar da crise climática. Mesmo com mandatos distintos, elas têm em comum a missão de realizar avaliações independentes sobre a aplicação de recursos públicos e o desempenho de políticas públicas. Assim sendo, podem disponibilizar informação confiável e contribuir para a transparência dos governos e para o aperfeiçoamento das políticas.

Sob a iniciativa e coordenação do Tribunal de Contas da União (TCU), a ISC do Brasil, presentemente a exercer o seu mandato como presidente da INTOSAI, foi promovida, no âmbito do Grupo de Trabalho de Auditoria Ambiental (INTOSAI WGEA), a iniciativa ClimateScanner.

Trata-se de uma ação conjunta das várias ISCs ao redor do mundo, através da qual as mesmas promovem uma avaliação global das ações governamentais relacionadas com as alterações climáticas, de modo a obter um panorama dos pontos fortes e desafios com que os países se deparam ao abordá-las. Esta ação conjunta envolveu 141 ISCs, em 2024.

As iniciativas de cada país em matéria de ações climáticas e a respetiva avaliação são coligidas através de plataforma web específica desenvolvida para o efeito, a qual permite a respetiva consolidação e, através dela, uma visão global dos esforços a nível mundial.

O Tribunal de Contas de Portugal participou nesta iniciativa e contribuiu com a sua avaliação para a primeira consolidação dos resultados nacionais num panorama global de resultados globais do ClimateScanner, que foram apresentados na COP29.



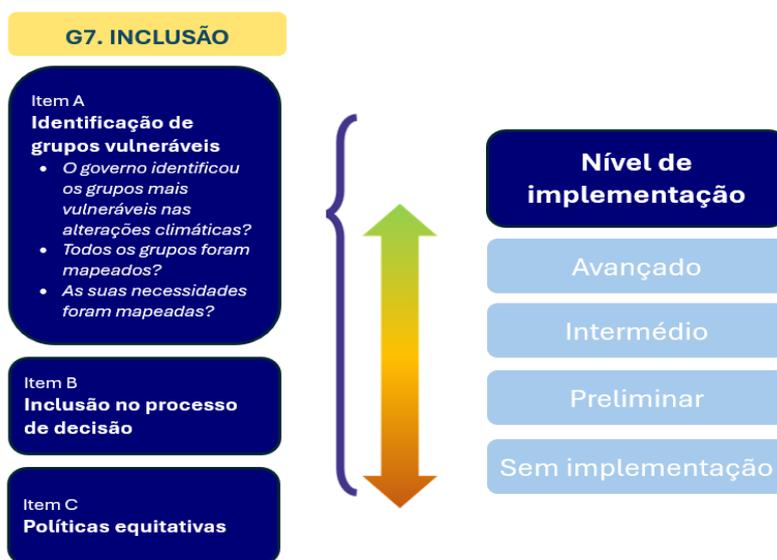


A estrutura do ClimateScanner

O ClimateScanner fornece às ISCs uma estrutura padronizada que se centra em temas relevantes e permite a consolidação de resultados a nível global. O quadro abrange três eixos: governação, políticas públicas e financiamento. Em cada eixo, são avaliadas as seguintes componentes:

GOVERNAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	FINANCIAMENTO
G1. Quadro legal e regulamentar	P1. Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)	F1. Financiamento climático nacional
G2. Estrutura governamental	P2. Estratégias de mitigação	F2. Financiamento climático internacional – países doadores
G3. Estratégia de longo prazo	P3. Planos e estratégias nacionais de adaptação	F3. Financiamento climático internacional – países beneficiários
G4. Gestão de risco	P4. Setores de mitigação	F4. Mecanismos de financiamento climático privado nacional e internacional
G5. Coordenação horizontal e vertical	P5. Setores de adaptação	
G6. Envolvimento das partes interessadas		
G7. Inclusão		
G8. Mecanismos de monitorização		
G9. Transparência		
G10. Fiscalização e litígio climático		

A avaliação de cada um dos itens é efetuada numa escala de 4 categorias, de acordo com o nível de implementação: "sem implementação", "implementação inicial", "implementação intermédia" e "implementação avançada". Para além disso, estão também disponíveis as categorias "não aplicável" e "não avaliado", conforme adequado.



A avaliação

Contexto do país

Portugal é parte na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e no Acordo de Paris, classificado como país do Anexo I. De acordo com as últimas informações disponíveis, Portugal emitiu 50,10 Mt CO2eq em 2021. No âmbito dos seus compromissos internacionais, Portugal comprometeu-se a

reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa em 55% até 2030, contribuindo para o alcance pela União Europeia de um impacto neutro no clima até 2050, em linha com o Acordo de Paris.

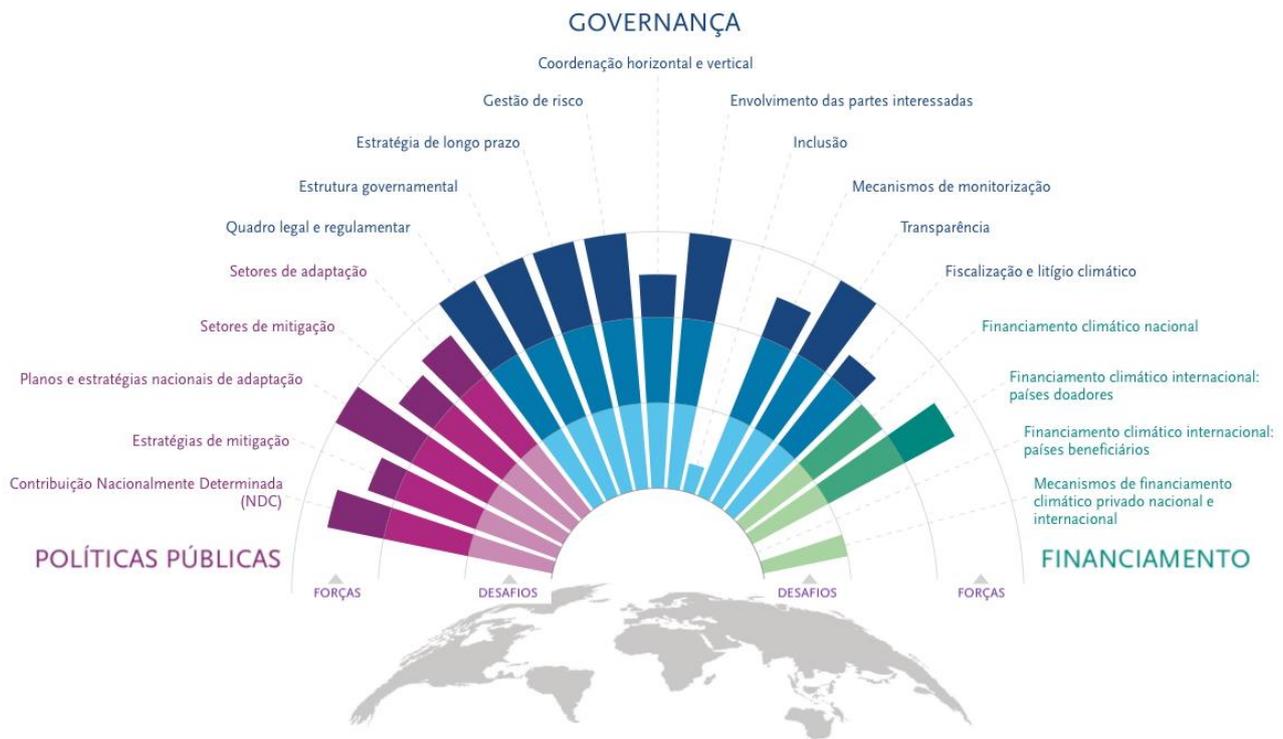


Portugal enfrenta também desafios na adaptação aos impactos das alterações climáticas. Duas das áreas mais vulneráveis relacionadas com a adaptação são os recursos hídricos e as zonas costeiras.

A principal entidade responsável por propor, desenvolver e acompanhar as políticas relativas às alterações climáticas em Portugal é a Agência Portuguesa do Ambiente, sob

superintendência e tutela do Ministro do Ambiente e Energia.

A escala de forças e desafios que resulta da avaliação das ações governamentais implementadas em Portugal para fazer face às alterações climáticas exprime-se na figura seguinte:



Fonte: ClimateScanner Assessment-Portugal.

1. Governança

São necessários mecanismos de governação complexos e eficazes para fazer face aos desafios colocados pela crise climática. A transição para uma economia de baixo carbono implicará mudanças e reestruturação da sociedade, do governo e da economia. Para liderar e coordenar este movimento e mediar a mudança, é necessário adoptar acordos institucionais como regras, organizações, estratégias e mecanismos de responsabilização.

Globalmente, quando se analisam os aspetos de governação, Portugal obteve uma pontuação de 86%, o que é considerado ELEVADO.

Olhando mais de perto, alguns dos pontos fortes identificados nas componentes de governação foram:

O Quadro Legal e Regulamentar, a Estrutura de Governo, a Estratégia de Longo Prazo, a Gestão de Risco, o Envolvimento das Partes Interessadas e a

Transparência, atingindo todas estas componentes uma avaliação de 100%.

Por outro lado, a área que mais carece de progresso é a componente relativa à Inclusão, que foi identificada como constituindo um desafio, com uma avaliação de apenas 11%.



2. Políticas públicas

Ao abrigo do Acordo de Paris, quase todos os governos do mundo se comprometeram a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e a implementar medidas de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Estes compromissos necessitam de ser refletidos nas políticas nacionais e podem abranger um vasto leque de setores.

Estes setores variam em importância de país para país. Na presente avaliação, analisam-se o setor dos Transportes e o setor de produção e transformação de energia, no que diz respeito às políticas relacionadas com a mitigação, e os setores dos recursos hídricos e das zonas costeiras, quando se analisam as políticas de adaptação.

A pontuação global das políticas públicas foi de 87%, o que é considerado ELEVADO.

Nas políticas públicas destaca-se a componente relativa aos Planos Nacionais de Adaptação, que atingiu os 100%.

A avaliação mais baixa correspondeu à Estratégia de Mitigação, que apesar de tudo atingiu a avaliação de 78%.

Nenhuma das componentes foi identificada como constituindo um desafio.

3. Financiamento

Estima-se que os custos para implementar ações para fazer face às alterações climáticas sejam muito elevados. Existe uma arquitetura complicada de acordos financeiros nacionais e internacionais, públicos e privados. Alguns países são obrigados a fornecer financiamento e outros são elegíveis para receber apoio financeiro.

A avaliação abrange o financiamento climático interno, os esforços dos governos nacionais para mobilizar capital privado e divide os países em doadores e beneficiários de financiamento climático internacional, com base nas suas responsabilidades definidas na UNFCCC (parte ou não do Anexo II) e no Acordo de Paris (serem considerados um país desenvolvido ou em desenvolvimento). Na presente análise, foram tidos em conta os compromissos exigidos a Portugal, enquanto país doador.

Portugal recebeu uma pontuação de 63% para as medidas de financiamento, o que é considerado MÉDIO.

A componente do financiamento climático cuja implementação teve mais sucesso foi o Financiamento Climático Internacional, que obteve o melhor desempenho, com uma pontuação de 89%.

Financiamento Climático Privado Nacional e Internacional, com 33%.

Ainda assim, também neste eixo nenhuma das componentes foi identificada como constituindo um desafio.

A avaliação menos positiva verificou-se na componente relativa aos Mecanismos de



Olhar sobre o futuro

O combate às alterações climáticas e aos seus impactos são um desafio global, envolvendo a necessidade de uma ação conjunta dos países.

As Instituições Superiores de Controlo têm um papel relevante a desempenhar na avaliação das políticas climáticas, concretamente nas ações levadas a cabo para a consecução das metas e dos objetivos fixados.

O Tribunal de Contas de Portugal efetuou a avaliação ClimateScanner, consubstanciada na avaliação das ações governamentais relativamente às alterações climáticas em três áreas, Governação, Políticas Públicas e Financiamento, cujos resultados integram os dados consolidados de mais 60 ISCs apresentados na COP29.

Os resultados desta abrangente avaliação permitiram evidenciar áreas a que devem ser dada maior atenção e desenvolvimento, destacando-se: no eixo da Governação, as componentes da inclusão, da fiscalização e litígio climático, e da coordenação horizontal e vertical; no eixo das Políticas Públicas, os tópicos das estratégias de mitigação, dos setores de mitigação e dos de adaptação; e, no eixo do Financiamento, os aspetos dos mecanismos de financiamento climático privado nacional e internacional e do financiamento climático nacional.



CLIMATESCANNER

MONITORING GOVERNMENTS
TO DRIVE CHANGE

FIND OUT MORE



The organization who prepared this summary review is responsible for all information within. The views expressed here do not necessarily reflect those of the International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI), the INTOSAI Working Group on Environmental Auditing (INTOSAI WGEA) or the Federal Court of Accounts of Brazil (TCU-Brazil), nor those of the supporters of this initiative.

An initiative by:



INTOSAI



INTOSAI
Working Group
on Environmental
Auditing

FEDERAL COURT OF ACCOUNTS

